



PLATAFORMIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO CRIATIVA DA UNICIDADE TÉCNICA: TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA URBANA EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

Marina Regitz Montenegro²

Resumo

Dinâmicas recentes relacionadas à emergência do denominado “capitalismo de plataforma” tem provocado mudanças intensas na economia urbana das grandes cidades brasileiras, potencializadas pela pandemia da Covid-19. Comandado por grandes corporações multisetoriais, o processo de tecnificação e digitalização transforma hoje os usos do território em diferentes escalas, aprofundando a subordinação de agentes não hegemônicos aos nexos do período da globalização, mas, permitindo também, por outro lado, o desenvolvimento de novas práticas e estratégias de resistência nas cidades. Frente à centralidade alcançada pela capilarização dos aplicativos na vida social, redefinem-se, atualmente, relações entre os circuitos da economia urbana (SANTOS, 1975) em um movimento de oligopolização do mercado, do território e do próprio cotidiano (SILVEIRA, 2016).

Palavras-chave: técnica, capitalismo de plataforma, circuitos da economia urbana.

Abstract

Recent dynamics related to the emergence of the so-called “platform capitalism” are causing intense changes in the urban economy of the largest Brazilian cities, increased by the Covid-19 pandemic. Commanded by the large multi-sector corporations, the technification and digitalization and digitalization process transform the uses of the territory at different scales, deepening the subordination of non-hegemonic agents to the nexus of the globalization period, but, on the other hand, also allowing the development of new practices and strategies of resistance in the cities. Given the centrality achieved by the capitalization of applications in social life, relations between the circuits of the urban economy (SANTOS, 1975) are currently redefined in a movement of oligopolization of the market, territory and everyday life (SILVEIRA, 2016).

Key words: technique, platform capitalism, circuits of the urban economy.

Introdução

Dinâmicas recentes relacionadas à emergência do denominado “capitalismo de plataforma” tem provocado mudanças intensas na economia urbana das grandes cidades brasileiras, potencializadas pela pandemia da Covid-19. Comandado por grandes corporações

¹ Pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Pesquisador Colaborador na Universidade de São Paulo (USP).

² Professora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), marina.montenegro@unb.br



multissetoriais, o processo de tecnificação e digitalização transforma hoje os usos do território em diferentes escalas, aprofundando a subordinação de agentes não hegemônicos aos nexos do período da globalização, mas, permitindo também, por outro lado, o desenvolvimento de novas práticas e estratégias de resistência nas cidades.

Frente à centralidade alcançada pela capilarização dos aplicativos na vida social, redefinem-se, atualmente, relações entre os circuitos da economia urbana (SANTOS, 1975) em um movimento de oligopolização do mercado, do território e do próprio cotidiano (SILVEIRA, 2016). A multiplicação das modalidades de trabalho por plataformas de aplicativos, em suas múltiplas determinações e implicações, aponta para novos elos entre os circuitos e a emergência de formas renovadas de reprodução da pobreza urbana nas cidades, redefinindo a composição e articulação entre as divisões do trabalho que constituem os circuitos.

Nesse movimento, o circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1975) – composto pelas mais diversas atividades populares desenvolvidas com níveis escassos de capitalização e organização – incorpora novos dinamismos, os quais não deixam de aprofundar, contudo, sua subordinação ao circuito superior, ou seja, às grandes e modernas corporações, conforme revelam recentes pesquisas realizadas em diferentes metrópoles latino-americanas (SILVEIRA, 2016).

Processos globalizadores hegemônicos demandam hoje a crescente adequação das mais variadas modalidades de trabalho às dinâmicas de um regime de acumulação financeirizado (LANGLEY, 2007), em uma dinâmica reconfigurada pelo crescente protagonismo assumido pelas plataformas. No bojo desse movimento, transformações recentes já em curso no âmbito da economia popular se potencializaram com a chegada da pandemia, haja vista o avanço da tecnificação, da financeirização e da expropriação em novas escalas.

Aporte teórico

Enquanto base material e organizacional da globalização, as técnicas da informação e da comunicação consolidam-se como fator condição da emergência do denominado “capitalismo de plataforma”, definido por autores como Srnicek (2017) como a mais nova fase do capitalismo. Nessa nova fase de negócios ancorados em plataformas, a economia digital encontra-se capitaneada por corporações globais multissetoriais, que realizam um uso intensivo da tecnologia da informação, dos dados e da internet, a exemplo do poder alcançado pelas integrantes dos grupos denominados GAFAM (Google, Apple, Facebook e Microsoft) e NATU (Netflix, Alibaba, Tesla e Uber).



Enquanto um setor transversal, com aplicações nos serviços de entretenimento e comunicações, *e-commerce*, transportes e entregas, o dinamismo alcançado pelo capitalismo de plataforma estaria alçando-o ao posto de um novo modelo hegemônico, com implicações diversas sobre o conjunto da economia, as condições de trabalho e a própria conformação das cidades (SRNICECK, 2017).

Para Langley e Leyshon (2017), as plataformas constituem um ambiente genérico capaz de intermediar instantaneamente a relação entre potenciais consumidores e potenciais fornecedores, sejam eles indivíduos ou multinacionais alocados em diferentes lugares e regiões. Daí a emergência de novas formas de articulação escalar em um modelo em que todos tornam-se potenciais fornecedores de produtos e serviços por meio da internet (KALLIL, 2020), seja no arranjo de trabalho do *crowdwork* – no qual as tarefas se dão integralmente através da internet –, ou naquele da demanda por meio de aplicativos – no qual apenas a intermediação entre a oferta e a demanda acontece online, uma vez que as atividades se desenvolvem nas localidades onde os geradores da demanda e os trabalhadores se encontram (DE STEFANO, 2016).

Uma das contradições centrais dessa nova conformação é apontada, contudo, por Kostakis e Bauwens (2014). Segundo esses autores, se no capitalismo de plataforma, há, por um lado, a distribuição de uma infraestrutura, a difusão de uma base técnica, que garantiria supostamente a transformação de todos em pequenos empreendedores; por outro lado, a posse dessa infraestrutura é monopolizada por plataformas privadas pertencentes a corporações globais financeirizadas.

Processos basilares da unicidade técnica que caracteriza a época presente (SANTOS, 1996), a banalização de *smartphones* e a capilarização da internet têm garantido a digitalização de diferentes esferas da vida de relações, haja vista, entre outros, a difusão do uso de aplicativos e suas múltiplas implicações sociais e econômicas. Condição e fator do capitalismo de plataforma, as novas tecnologias da informação e comunicação, combinadas às recentes políticas de flexibilização trabalhista, vêm reconfigurando as relações de trabalho, redefinindo, conseqüentemente, nexos e crivos entre os circuitos da economia urbana nas grandes cidades brasileiras (MONTENEGRO, 2020a).

Inseridas nas totalidades da formação socioespacial e do mundo, as cidades conformam totalidades cuja explicação não se alcança em seus limites (SILVEIRA, 2015). Destarte, as dinâmicas globais do capitalismo de plataforma encontram-se diretamente relacionadas às recentes transformações na economia urbana. Com os novos sistemas técnicos e organizacionais, amplia-se hoje o poder de grandes corporações transnacionais na definição dos



contornos da divisão territorial do trabalho contemporânea. A conectividade e mobilidade constantes, viabilizadas por adventos como *smartphones*, permitem que seus usuários se integrem aos arranjos de trabalho característicos da economia digital, habilitando-se, assim, a supostas novas formas de “empreendedorismo” e “parcerias” por meio de aplicativos.

Metodologia

A capilarização recente das plataformas digitais pelo país explicita a conformação de novas situações de oligopólio que implicam, por sua vez, novas conexões entre os circuitos da economia urbana. Dentre as atividades incorporadas à divisão social do trabalho no âmbito do circuito inferior nos últimos anos, destacam-se aquelas viabilizadas pelo uso de aplicativos em telefones celulares, como as de motoristas e entregadores. Desde o início da década de 2010 – quando corporações como Uber, Cabify, Loggi e Rappi começaram a oferecer os serviços de transporte, corridas e entregas no Brasil – milhares de trabalhadores passaram a trabalhar como motoristas ou entregadores por meio de aplicativos. De acordo com dados do Ipea, havia 840 mil pessoas ocupadas no transporte de passageiros por aplicativo no Brasil em 2016, contingente que atingiu 1 milhão de pessoas ainda no início de 2018. Estima-se que atualmente 1,4 milhão de pessoas trabalhem para aplicativos de transporte de passageiros ou mercadorias no país. Esses trabalhadores representam cerca de 31% daqueles alocados no setor de transporte, armazenagem e correio no país (GÓES et al., 2021).

A chegada da pandemia do novo coronavírus ao território brasileiro em 2020 coincidiu com a difusão dessas plataformas digitais pelo território nacional e, por conseguinte, de formas de trabalhos representativas do avanço da uberização (ABÍLIO e MACHADO, 2017; ABÍLIO et al., 2020). Nessa direção, destaca-se a análise de Tozi (2020) sobre a Uber ao identificar um conjunto de fatores que garantiu a expansão da empresa no Brasil, tais como a inexistência prévia de um marco jurídico nacional sobre o tema, a presença de economias de aglomeração, ou seja, da concentração populacional, de infraestrutura e renda, e um déficit de transporte público em qualidade e quantidade nas cidades do país. Já o crescimento do serviço de entregas solicitadas através de aplicativos³ repousa, entre outros, na expansão do crédito, na

³ O serviço de entrega de alimentos por aplicativo, por exemplo, registrou um crescimento de 23% no país apenas entre 2017 e 2018. O Ifood, uma das empresas do ramo, atendeu, no país, cerca de 4,5 milhões de pedidos em julho de 2017, no mesmo mês do ano seguinte, já foram mais de 8,5 milhões, os quais alcançaram 20 milhões apenas em julho de 2019 (BRIGATTO, 2019). Números dessa ordem apontam para a dimensão das transformações em curso nas cidades brasileiras.



intensificação do consumo, na aceleração da circulação e no aumento recente do comércio eletrônico (MONTENEGRO, 2020a).

Um quadro social e econômico já em curso no país foi agravado pelos efeitos da pandemia, haja vista, entre outros, o aumento do desemprego, a redução da renda do trabalho e a desestruturação de pequenas atividades. Em meados de 2021, estimativas indicavam a existência de 14 milhões de pessoas desempregadas e 5,4 milhões desalentadas, ou seja, que haviam desistido de procurar emprego nos meses anteriores (IBGE/PNAD). A taxa de desemprego atingiu 14,1% no segundo trimestre de 2021, quando se contabilizou a perda de 12 milhões empregos no país desde o início do ano de 2020. Estima-se, porém, que o desemprego assuma, em realidade, dimensões muito maiores no país. Além disso, milhões de pessoas ocupadas e afastadas deixaram de receber remuneração ou passaram a receber um rendimento menor do que o recebido normalmente desde o mês de maio de 2020 (IBGE/PNAD-COVID19).

Nesse contexto, os dinamismos da pobreza e, por conseguinte, do circuito inferior da economia urbana, encontram-se em transformação, sobretudo nas maiores cidades do país. Em um momento anterior à pandemia, os dinamismos dessa economia popular já se apresentavam, então, crescentemente complexos. A expansão do consumo, a generalização do uso produtivo da técnica moderna e a financeirização entre as camadas de baixa renda compreendiam então expressões da intensidade das mudanças então em curso (MONTENEGRO, 2014). Esses processos tendem a adquirir, com a pandemia, contornos renovados e ainda imprecisos. O circuito inferior tende a assumir, doravante, novos contornos, aprofundando sua capacidade autoinflacionária (McGEE, 1971) e se capilarizando pelos tecidos urbanos.

No bojo desse processo, um indicador especialmente revelador das transformações recentes da economia urbana reside no aumento exponencial da adesão às formas de trabalho demandadas por meio de aplicativos. Motoristas e entregadores por meio de aplicativos passaram a se somar recentemente à divisão social do trabalho do circuito inferior, seja como atividade exclusiva ou complementar.

Desde o início da pandemia, observa-se, com efeito, um forte aumento do contingente de trabalhadores de entregas por aplicativo em relação àqueles que atuam como motoristas (GÓES et al., 2021). Esse dado aponta para a heterogeneidade interna à modalidade de trabalho demandado por meio de aplicativos, acusada por De Stefano (2016), a qual acentua-se ainda mais no contexto da pandemia. O exercício da atividade de motofretista ou de entregador em bicicletas é realizado por trabalhadores que dispõem de possibilidades financeiras e técnicas inferiores para custear a própria atividade, enfrentando, por conseguinte, condições de trabalho piores. No momento pandêmico, esses trabalhadores ganharam, contudo, grande visibilidade,



ao desempenhar um papel vital de garantia do abastecimento cotidiano e do funcionamento da economia urbana, realizando entregas de supermercados, refeições, farmácias etc.

Uma parcela importante da população tem passado a enfrentar, deste modo, renovadas formas de precarização viabilizadas pelo advento dos aplicativos, visto que a suposta liberdade de autogerenciamento do trabalhador autônomo (ABILIO, 2017) se contrapõe à generalização da supressão do vínculo empregatício e de direitos trabalhistas, a incerteza da remuneração e a transferência de custos e riscos da atividade ao próprio trabalhador. Conformam-se, assim, novos canais de expropriação do trabalho e de drenagem de recursos da economia popular.

Discussões

Inflada pela ascensão do capitalismo de plataforma, a psicosfera (SANTOS, 1996) do empreendedorismo se harmoniza, destarte, com a individualização característica da financeirização, compreendida por Langley (2007) como um processo que condiciona os indivíduos a assumir maiores responsabilidades e riscos financeiros, visto que benefícios providos outrora pelo Estado são substituídos por investimentos e previdências e seguros privados. Componente central do arranjo de trabalho por meio de aplicativos, a possibilidade de transferência, ou ainda, de terceirização total de custos e riscos ao trabalhador (ANTUNES, 2015), aproxima-se, nessa direção da individualização apontada por Langley.

À valorização lograda pelas grandes corporações detentoras das plataformas de aplicativos de entregas se contrapõe o aprofundamento da precarização e da expropriação dos trabalhadores do circuito inferior. A rigidez embutida nos sistemas técnicos das plataformas de intermediação, assim como a nebulosidade de um arcabouço normativo controlado pelas corporações, explicita a conformação de alguns dos elos contemporâneos entre os circuitos da economia urbana, surgidos das possibilidades técnicas e políticas intrínsecas ao capitalismo de plataforma. Renovam-se, desse modo, os artifícios e estratégias de empresas hegemônicas de um circuito superior global em que as tecnologias da informação assumem, para além de um caráter de unicidade (SANTOS, 1996), um protagonismo crescente junto ao seu componente organizacional.

Por outro lado, a unicidade técnica característica do período tem permitido, ao mesmo passo a emergência e o fortalecimento de dinâmicas de outra ordem. A incorporação de técnicas contemporâneas pela economia popular tem autorizado, nessa direção, a criação de novos usos, redefinindo as finalidades possíveis e desafiando a hipertelia (SIMONDON, 1958) da técnica advinda do circuito superior. A banalização de *smartphones* e a capilarização da internet constituem, no bojo desse processo, elementos basilares da unicidade técnica que caracteriza a



época presente (BERTOLLO, 2019). A difusão de telefones celulares ilustra o alcance de técnicas emblemáticas do período atual – estimativas apontam para a existência de aproximadamente 242 milhões de aparelhos no país⁴ (FGV, 2021). Essa generalização progressiva dos telefones celulares enquanto instrumento de trabalho entre os agentes menos capitalizados autoriza, por sua vez, não apenas o exercício da criatividade e a flexibilidade no âmbito do circuito inferior, mas a própria emergência de práticas que desafiam a rigidez técnica e organizacional dos algoritmos. Ancorados na difusão dos *smartphones* e na densidade comunicacional própria ao circuito inferior, pequenos negócios têm passado desenvolver seus próprios aplicativos para a realização de diversas atividades, como serviços de transportes, entrega de bebidas, alimentos e refeições, de beleza, de educação e até mesmo para denúncia de casos de violência.

Criado na periferia de São Paulo por uma empresa prestadora de serviços de motorista com organização simples e sem capitais importantes, o aplicativo “Jaubra” é um serviço que visa atender, por exemplo, às demandas locais de deslocamento na favela de Brasilândia, na zona norte da cidade, haja vista a escassez do transporte público e a não cobertura da área pelas grandes empresas de aplicativos de transporte. Inicialmente restrita aos serviços de transporte, a empresa passou recentemente também a oferecer o serviço de entregas. Vale destacar que o aplicativo prioriza motoristas cadastrados residentes nas regiões das solicitações de viagens ou entregas, garantindo uma endogeneidade ao atendimento e aos fluxos financeiros gerados. O conhecimento local do motorista ou entregador para percorrer os bairros dessa região periférica da cidade é, portanto, valorizado e a área de cobertura não pode ser avaliada como de risco, a exemplo do que o ocorre com os grandes aplicativos de transporte e *delivery*.

⁴ Cabe destacar, nessa direção, que os *smartphones* são o principal meio de acesso à internet no país, segundo informações da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC/ IBGE, 2018), 98,1% dos brasileiros acessam a internet por meio do celular.



Foto 1: Divulgação do aplicativo Jaubra.



Fonte: Jaubra: Conheça o "Uber da Brasilândia" - Comportamento - Consumidor Moderno. Acesso em 01/09/2021.

Iniciativas advindas dos próprios motoristas também têm surgido em contraposição ao modelo de trabalho imposto pelos maiores aplicativos de transporte. Nessa direção, grupos diversos passaram a desenvolver suas próprias plataformas, a exemplo dos aplicativos 7Move, MouDriver e i-mobile, presentes em cidades de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Sergipe. Os arranjos diferem, entre outros, pela ausência da cobrança de taxas por corrida, em lugar de um valor fixo mensal a ser pago ao aplicativo, ou pelo pagamento de taxas reduzidas a cada viagem. A organização em cooperativas ou associações representa um dado central para possibilidade de emergência dessas plataformas às quais são imprimidas novas lógicas próprias aos circuitos menos capitalizados, redefinindo taxas e remunerações e minimizando as estratégias de drenagem das grandes plataformas. Cabe lembrar, nesse ponto, que a dependência do acesso ao aplicativo controlado pelas grandes empresas enquanto plataforma mediadora entre a oferta do serviço e a demanda é o que autoriza a potencialização da exploração do trabalho e a expropriação dos ganhos, haja vista a apropriação pelas corporações detentoras dos aplicativos de elevadas porcentagens de cada viagem ou entrega realizada pelo trabalhador⁵.

Diante dos impactos econômicos da pandemia sobre a redução da circulação e a perda de eficácia do “boca a boca” como meio de publicidade para os pequenos negócios com o isolamento social, diversas ações de valorização do comércio local têm surgido igualmente no ambiente virtual. Dentre essas, destacam-se, dentre outras iniciativas de caráter solidário,

⁵ O custo da “mediação” entre trabalhador e consumidor a ser pago às empresas detentoras das plataformas alcança, em geral, 20 a 25% das corridas ou entregas realizadas.



aplicativos que visam intermediar a busca e a oferta de produtos e serviços na escala dos bairros, garantido visibilidade a pequenos negócios, alocados muitas vezes nas residências dos seus moradores⁶.

Nessa direção, a emergência de contra-racionalidades nascidas da apropriação de técnicas hegemônicas por parte de atores não-hegemônicos tem se dado, também, entre os próprios entregadores de empresas de aplicativos. Esses trabalhadores vêm ampliando suas formas de organização e associação, criando grupos, realizando debates, manifestações e até mesmo greves da categoria em grandes cidades da América Latina. Esse movimento se dá sobretudo em redes sociais que funcionam através de aplicativos como *Whatsapp*, *Twitter* e *Instagram*.

Foto 2: Protesto de entregadores em São Paulo (SP) por melhores condições de trabalho, em julho de 2020



Foto de Pedro Strapasolas | Brasil de Fato. Disponível em: Entregadores exaustos, restaurantes “amarrados”: cresce | Geral (brasildefato.com.br)

Conforme afirma Santos (1996, p.210), “ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de

⁶ Inicialmente restrito à venda de refeições na cidade do Rio de Janeiro, o aplicativo “meuVizinho.me” se destaca entre aqueles voltados à intermediação entre a oferta e a demanda de serviços e produtos na escala dos bairros e ao incentivo do consumo local. Inteiramente gratuito, o aplicativo encontra-se atualmente presente em mais de 200 cidades brasileiras. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2020/08/aplicativos-substituem-boca-a-boca-na-hora-de-conquistar-vizinhanca.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2020.



irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não - razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades (...) substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo”.

Para além da docilidade da técnica contemporânea (GAUDIN, 1978), os usos diferenciados do advento dos aplicativos consubstanciam, assim, a superação da finalidade prevista para os aplicativos, invertendo a lógica da drenagem dos recursos locais por parte de grandes corporações globais (MONTENEGRO, 2020b). Práticas alternativas de natureza distinta revelam, assim, como a rigidez que acompanha a evolução dos sistemas técnicos não logra impedir sua apropriação para usos voltados às necessidades concretas dos atores não hegemônicos e dos lugares.

A apreensão das transformações da economia urbana passa, hoje, pela compreensão de processos multiescalares envolvidos na incorporação dos aplicativos no âmbito da economia popular. A emergência desse cenário nos convoca, por fim, à identificação dessas práticas territoriais alternativas e ao desvendamento de suas implicações sobre as dinâmicas urbanas e o cotidiano de parcela expressiva da população que enfrenta, por sua vez, uma nova escalada do empobrecimento e da precariedade no território brasileiro.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. A sociedade da terceirização total. Revista da ABET, v.14, n.1, p. 6-15, 2015.
- ABÍLIO, L. e MACHADO, R. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. **IHU On-line (UNISINOS)**, v.1, p. 20-28, 2017.
- ABÍLIO, L.; ALMEIDA, P.; AMORIM, H.; CARDOSO, A.; FONSECA, V.; KALIL, R.; MACHADO, S. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, 2020.
- BERTOLLO, M. A dinâmica na rede urbana brasileira atual e a capilarização da informação pelo smartphone no território. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 2, ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/158181>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BRIGATTO, G. Ifood chega a 21,5 milhões de pedidos por mês. <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/10/29/ifood-chega-a-215-milhes-de-pedidos-por-ms.ghtml>>. Acessado em 29 de novembro de 2020.



GAUDIN, T. **L'écoute des silences, les institutions contre l'innovation?** Paris: Union Générale des Éditions, 1978.

GÓES, G. ; FIRMINO, A. ; MARTINS, F. *A gig economy no Brasil : uma abordagem inicial para o setor de transporte.* Insituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA). **Carta de conjuntura/ 53/ Nota 5/ 3º semestre de 2021.** Disponível em: 211006_nota_5_gig_economy_no_brasil.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 28 out. 2021.

DE STEFANO, V. The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowdwork, and labor protection in the “gig-economy”. **Comparative Labor Law & Policy Journal**, v. 37, n. 3, 2016.

KALIL, R. Organização coletiva dos trabalhadores no capitalismo de plataforma. **Contracampo**, V. 39, n. 2, ago./nov. 2020.

KOSTAKIS, V. e BAUWENS, M. **Network Society and Future Scenarios for a Collaborative Economy.** Basingstoke: Palgrave, 2014.

LANGLEY, P. Uncertain subjects of Anglo-American financialization. **Cultural Critique**, n. 65, 2007.

LANGLEY, P. & LEYSHON, A. Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digital economic circulation. **Finance and Society**, V. 3, n. 1, 2017.

McGEE, T. **The Urbanization Process in the Third World: Explorations in Search of a Theory.** Londres: G. Bell and Sons Ltd., 1971.

MONTENEGRO, M. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil nas metrópoles brasileiras.** São Paulo: Annablume, 2014.

_____. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. **Espaço e Economia**, ano IX, n.19, 2020a.

_____. Dinamismos da economia urbana em tempos de pandemia: tecnificação, capitalismo de plataforma e reprodução da pobreza. In: ARROYO, M.; ANTAS Jr., R. e CONTEL, F. (orgs.). **Usos do Território e Pandemia. Dinâmicas e Formas Contemporâneas do Meio Técnico-científico informacional**”. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020, pp. 215-240.

SANTOS, M. **L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés.** Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA



SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo (online)**, V. 19, n. 2, 2015.

_____. (Org.) **Circuitos de la economía urbana: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo**. Buenos Aires: Café de las ciudades, 2016.

SIMONDON, G. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1958.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity, 2017.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 487-507, 2020.

DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.168573. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/168573>. Acesso em: 25 out. 2021.